

## As ONG do Património face aos impactos da COVID-19

Sistematização das respostas

	1	2	3	
<b>ONG</b>	<b>De que forma(s) crê que vai o PCC ressentir-se, em particular, na área de influência das sua ONG?</b>	<b>Que medidas devem ser tomadas pelos órgãos da tutela (administração central, regional e local) para mitigar os efeitos?</b>	<b>Que ações devem os cidadãos desenvolver, através das suas ONG, com vista à salvaguarda do Património?</b>	<b>Obs.</b>
ABarreiroPatrimFuturo Carla Santos carlamarinasantos@hotmail.com 968117171	- O Barreiro é um caso exemplar do que não deve ser feito na área do património. As questões relacionadas com o valioso património cultural existente na área industrial ( Complexo dos Caminho-de-Ferro, em processo de classificação nacional, parado e entravado pela CP com a conivência da CMB; Complexo Industrial CUF, classificado a nível nacional, mas com um longo caminho de destruições antes de se	Nada do que deve ser feito a Administração Central, Regional ou Local quer fazer, como o passado nos mostra:  A pouca legislação, carênciada da devida regulamentação, na área da protecção do Património.  As contradições entre vários instrumento e a realidade, PNOPT, PROTML, Plano de Adaptação às Alterações Cilmáticas AML, etc.  Legislação de protecção às Associações, conferindo-lhes	Diversas são as acções que se podem e devem desenvolver, cobrindo domínios muito diferentes, a título de exemplo:  realização de acções de formação para professores e alunos, preparadas em conjunto com as várias associações,	

	<p>ter chegado à classificação, Real Fábrica de Vidros e Cristalinos de Coima, classificada municipalmente, há muitos anos, com escavações arqueológicas coordenadas cientificamente pelo prof. Jorge Custódio e com estudo científico de sua autoria e publicado em livro, ao abandono; SIM Alburrica, classificado de interesse municipal para preservação moageira, ambiental e paisagística, em alto estado de degradação. As unidades moageiras de vento 3 e maré 4, sendo que um destes últimos foi arrasado e reconstruído sem atender a qualquer legislação, carta , convenção etc, deixando literalmente de ser um moinho de maré, passando a ser um</p>	<p>direitos claros e protecção jurídica, bem como apoios monetários a que pudessem concorrer.</p> <p>A existência de um "Banco "técnico- científico que nos pudesse servir de recurso, em várias áreas, incluindo a jurídica.</p> <p>Espaço de publicação obrigatória na comunicação ( ainda agora nos foi negado o direito de resposta no Público, a respeito da Quinta do Braamcamp)</p>	<p>com os Centro de Formação das Escolas, com investigadores disponíveis em vários domínios com o objectivo de criar uma literacia da história e património, que desmultiplique o empenho e a capacidade de defesa nesta área;</p> <p>a possibilidade de em conjunto com as Associações , Faculdades e Alunos do superior e secundário realizar levantamentos de campo que possibilitem uma carta justificada cientificamente sobre todo o</p>	
--	---	--	--	--

	<p>edifício descaracterizado, estão em alto estado de degradação; um Complexo Oleiro na Mata da Machada com coordenação arqueológica de Cláudio Torres e estudo científico por este realizado e publicado, onde entre outras coisas eram feitas as formas do biscoito e do pão-de-açúcar, completamente ao abandono, com o único forno visível destruído. Só para nomear algumas questões.</p> <p>De outros pontos de vista o que acontece é o seguinte:  desde 2001 a área do património, na CMB , de 7 técnicos para 1;  deixaram de se fazer estudos técnicos, alguns multidisciplinares;  não se tomaram em consideração projectos que tinham ficado prontos em diversas áreas, e</p>		<p>património a preservar, só estou a falar, até agora, no património material;</p> <p>concretizar a existência de uma bolsa de técnicos que consultem e difundam informação sobre fundos comunitários ou outros;</p> <p>realizar fomentar encontros, por zonas de proximidade, entre associações;</p> <p>elencar um conjunto de problemas transversais e graves e apresentá-los ao PR,ao 1º</p>	
--	---	--	--	--

	<p>portanto não os realizaram; acabaram com as Reservas Museológicas Visitáveis único sítio onde para além de conhecermos a história do território, podíamos ver património doado, realizar com escolas oficinas e restaurar peças ,dada a existência de uma oficina de restauro. Hoje há uma exposição e tudo o resto está encaixotado; não existe uma visão de conjunto sobre o que fazer, quando é claro, pela história e vestígios que há uma identidade produtiva manufactureira que percorre séculos e se expressa, no século XIX, como lugar de importância nacional e internacional, do ponto de vista do papel cimeito que teve no processo de industrialização português; a única visão clara e</p>		<p>Ministro, à ASS. da R., aos órgãos de comunicação.</p> <p>Muitas outras sugestões podem ser elencadas, todas as que aqui coloco são para serem trabalhadas por todos e coordenadas pelo Forum Património.</p>	
--	---	--	--	--

	<p>publicamente expressa pelo actual executivo da CMB, é a de que não há dinheiro, é necessário o investimento privado e porque são estes que possuem o dinheiro , é a eles que cabe decidir o que fazer;</p> <p>a população e a Associação nunca é chamada a debater ou ajudar a encontrar soluções, e sempre que força o contacto e apresenta as suas opiniões fundamentadas, é vista como a inimiga do desenvolvimento, é posta na rua literalmente, e a tentativa é a de transformar as discussões em querelas partidárias, porque se tem uma opinião diferente e se justifica porquê;</p> <p>a situação é de tal forma grave, que a Associação teve uma primeira queixa em tribunal, que não foi atendida, até porque foi toda redigida por nós,</p>			
--	---	--	--	--

	<p>sem apoio de advogado dado que não tínhamos dinheiro para tal. Temos neste momento uma providência cautelar aceite a respeito do processo da Quinta do Braamcamp, com o apoio jurídico de uma advogada que benevolmente nos apoia.</p> <p>Quanto ao Covid19 , já foi útil para o Sr Presidente fundamentar a necessidade pública da venda para construção imobiliária (184 fogos) à beira-rio, em zona classificada como SIM Alburrica, que integra a REN, e que segundo o prof. Carlos Antunes vai ficar alagada. Ainda a reconstrução do maior moinho de maré e respectiva caldeira e de duas casas senhoriais e armazens, sendo que tudo é pensado como hotel e restaurante para turistas ( com todas os</p>			
--	--	--	--	--

	<p>erros desta uma visão tão estreita!, tão afastada do conceito de desenvolvimento sustentado! e não pensando nas populações , na coesão social e na sustentabilidade ambiental.</p>			
<p>ACABMangualde Lúcio Balula acabmangualde2014@gmail.com</p>	<p>... os apoios que estavam concedidos para alguma recuperação do património irá certamente ficar na gaveta, prejudicando a respetiva recuperação e em particular falo do Real Mosteiro de Maceira Dão.</p>	<p>os responsáveis locais devem lembrar o poder central que embora os problemas do covid sejam os mais prementes, os problemas do património não devem ficar esquecidos</p>	<p>As Ong`s não devem deixar cair no esquecimento os problemas reais do património, quer junto do poder local ou central, mas da nossa experiencia verificamos que o poder central está muito distante e a influencia do poder local tambem é pouca. Só como exemplo mandei uma carta à sr<sup>a</sup> ministra da cultura sobre um</p>	

			museu para Mangualade e infelizmente nada me foi comunicado.	
ACER Antero Leite acer.geral@acer-pt.org	<p>1. Prevemos dois horizontes possíveis: curto e longo prazo</p> <p>2. No curto prazo é provável que:</p> <p>2.1 Haja uma diminuição dos fluxos turísticos para os centros urbanos onde se registou a maior ocorrência de casos de contágios e mortes atribuídas à pandemia( casos de Porto, Lisboa);</p> <p>2.2 Se verifique uma reorientação dos fluxos turísticos para as regiões e seus centros urbano onde se verificou menor ou mesmo ausencia de casos epidemológicos (caso do Alentejo e centros como Évora, Beja e Portalegre, entre outros).</p> <p>2.3 Uma 1.ª conclusão: O Património Cultural</p>	<p>Se a economia do País estivesse estruturada de modo a ser menos externamente dependente dos fluxos turísticos, poderíamos esperar dos órgãos da tutela uma preocupação em evitar a reorientação do curto prazo (citada no ponto 2.3) e a saturação do longo prazo (citada no ponto 3.1). Em nosso entender, não ocorrerão medidas de contenção das vagas de visitantes por parte dos órgãos da tutela. Porto e Lisboa deverão continuar a serem consideradas como cidades-destino de preferência. No Alentejo, as Autarquias que até agora têm procurado salvaguardar o seu Património Cultural Construído poderão ser compelidas a aceitar o modelo massificador sob pena de serem prejudicadas pelo menor acesso a fundos</p>	<p>As ONG deverão continuar a manter as acções de sensibilização pela divulgação do Património Cultural Construído e sempre que este esteja em risco interpor pelos Tribunais providências cautelares de modo a evitar que os imóveis com valor histórico-cultural e artístico sejam alvo de intervenções que os descaracterizem ou mesmo os destruam. Nas acções de</p>	



	<p>Construído do Porto e Lisboa, que tem sido gravemente afectado por reabilitações visando o alojamento turístico, poderá ser salvaguardado das intervenções lesivas, embora possa continuar em degradação por não ser alvo de acções de conservação. Em contrapartida, o Património Cultural Construído das regiões e centros menos atingidos pela pandemia - caso do Alentejo - estará em situação de risco com a sua reutilização para alojamento dos fluxos turísticos que irão afluir às cidades e vilas alentejanas em grande escala;</p> <p>3. No longo prazo, e dado que Portugal com uma economia profundamente desarticulada e extremamente dependente do exterior, (particularmente do Turismo, com grande</p>	<p>estruturais da Comunidade. Neste caso, o Património Cultural Construído alentejano estará em risco.</p>	<p>sensibilização deverão compreender-se: visitas guiadas, edição de desdobráveis e cadernos monográficos, recurso a páginas electrónicas, cooperação com outras ONG, quer nacionais e estrangeiras, com a constituição de plataformas agregando as organizações representativas de Defesa do Património Cultural de vários concelhos, regiões o mesmo Países sempre que estejam em risco imóveis referência.</p>	
--	--	--	---	--

	<p>peso no Produto Interno Bruto), assistir-se-á à intensificação dos fluxos turísticos, quer para os centros urbanos do Porto e Lisboa, quer para a região de Alentejo, esta «descoberta» no período em que serviu de alternativa.</p> <p>3.1 Concluimos que, no longo prazo, o Património Cultural Construído do Porto, Lisboa, Alentejo e seus centros urbanos, ainda incólume de «turistificação», será profundamente alterado sobretudo na organização dos espaços interiores para os adaptar a alojamento, assistindo-se ao regresso do modelo turístico massificador.</p>			
ADALoures Ana P Lopes adaloures@gmail.com	Considerando a realidade do município de Loures, de momento não podemos concluir que estejam em risco	Solicitar junto das entidades competentes uma eventual prorrogação dos prazos de conclusão da programação dos projectos	Relativamente a esta questão a ADAL, enquanto Associação que mobiliza	

	<p>os mais importantes projetos de estudo, salvaguarda e valorização em curso, todos eles de iniciativa municipal: consolidação estrutural da Quinta e Palácio Valflores (1ª fase); Rota Memorial do Convento; Escavações arqueológicas de Bucelas; Escavações da Villa de Frielas.</p> <p>No caso dos dois primeiros projetos, poderá haver o risco de algum atraso na concretização de algumas ações, considerando que a resposta à pandemia levou à interrupção temporária de certos trabalhos. Todavia, como os dois primeiros projetos em questão são cofinanciados por candidaturas ao programa PorLisboa 2020, julgamos que haverá todo o interesse, por parte das entidades promotoras, no</p>	<p>financiados, uma vez que o Estado de Emergência implicou uma interrupção.</p>	<p>interesses e vontades de cidadãos, deve prosseguir com as suas ações de advertência e sensibilização, com a lúcida noção das prioridades, nestes tempos de pandemia.</p>	
--	--	--	---	--

	<p>cumprimento dos prazos.</p> <p>No que concerne à investigação arqueológica, embora durante o surto pandémico não tenha sido possível a realização trabalho de campo (escavação arqueológica/ consolidação de estruturas) o trabalho de gabinete tem prosseguido, tanto quanto sabemos.</p>			
ADPDA_ASaI João Emídio 926367566 adpapatrimonio@gmail.com	<p>Dado que aparentemente a principal preocupação governamental é a retoma económica, é possível que se voltem a cometer erros passados. O facilitismo na aprovação de projectos considerados de mais valia económica poderá colocar o nosso PCC ainda mais em risco, seja na sua completa destruição, ou desvirtuando-o com</p>	<p>Adopção de uma estratégia que privilegie a cooperação e integração das ONG's do Património, nos processos envolvendo o PCC por parte dos órgãos da tutela, seria um grande avanço a todos o níveis.</p> <p>Actualizando legislação relativa PCC, sobretudo no que respeita às coimas e punições efectivas devendo ser endurecidas, certamente</p>	<p>Meios de divulgação</p> <p>Numa nova sociedade cada vez mais dirigida para a interacção virtual (cuja a situação de pandemia veio a intensificar), seja como meio de comunicar ou na procura de informação e cuja</p>	

	<p>supostas "reabilitações/reconstruções".</p> <p>As ONG's do Património têm desde sempre um papel destacado nos processos de defesa do PCC, sendo muitas das vezes a ponte entre o cidadão e o poder institucional. Podendo assim ser consideradas literalmente ferramentas, as de menor dimensão têm visto a sua influência e raio de acção reduzido pois, estando dependentes em muitos casos do apoio financeiro e por vezes logístico das entidades autárquicas e/ou governamentais, irão defrontar-se com bastantes decisões morais para exercer as suas funções em pleno e sem medo de represálias.</p> <p>Acredito assim que em muitas situações o PCC poderá sofrer em</p>	<p>ajudaria a travar abusos.</p> <p>Simple aplicação e cumprimento da lei.</p> <p>Tomar posição clara na valorização cultural do nosso PCC, sendo a (re)educação dos mais novos uma das prioridades.</p>	<p>a utilização de plataformas digitais se tornou banal e é massivamente utilizada, é lógico pensar-se nos cidadãos como eles próprios os canais de transmissão das ONG's. O alcance e impacto de uma acção, poderá ser exponencialment e aumentado utilizando os cidadãos e suas redes de contactos através de estratégias delineadas por as ONG's.</p> <p>Agentes de campo</p> <p>A nova realidade veio trazer-nos novos desafios e</p>	
--	---	--	---	--

	<p>consequência das ONG' do Património se virem obrigadas a escolher a inacção de modo a sobreviver financeiramente.</p>		<p>oportunidades. Estimular os cidadão para que nos seus períodos de descanso/lazer passem a descobrir o vasto PCC das suas aldeias, vilas, cidades, país, dando um novo fôlego ao antigo slogan "Vá para fora cá dentro!" deverá ser o caminho a seguir. Podendo isso vir a ser uma realidade, conseguir sensibilizar os cidadãos a documentar e partilhar possíveis situações em que o PCC possa estar ameaçado, reportando às ONG's será uma grande mais</p>	
--	--	--	---	--

			valia.	
ADPaiva Martinho Costa Moreira da Rocha <a href="mailto:adeppaiva@gmail.com">adeppaiva@gmail.com</a>	- Os tempos que vivemos não são um bom prenúncio para a “saúde” do PCC. Há um conjunto de ações de intervenção objetiva e urgente na manutenção e conservação nesse património em geral que, ainda antes da pandemia, era urgente colocar na agenda (e que passa por encontrar fundos, nomear tutores e avançar com trabalhos), que agora será mais difícil. Para obviar esta situação, dá-mos como exemplo apenas algumas situações concretas com que nos deparamos, com premência; nuns casos já intervimos, noutros não temos meios...são situações de manutenção, conservação de espaços e locais (Edificado do sec. XIX – espaço industrial e	- Até à pandemia, já deviam intervir no âmbito referido em 1. Diretamente nuns casos noutros celebrando protocolos ou delegando competências, com afetação de fundos, o que pressupõe, claro, tivessem conhecimento, sensibilidade , meios para isso ...; Pós pandemia pensamos que no caso de pequenas intervenções, devem alocar meios financeiros e delegar em entidades como as ONG, sendo que estas deveriam beneficiar de um outro estatuto, mais creditório, junto da administração central e local: DGPC, IPA, Tutela dos Museus, ICN, CCDR’s., Municípios, etc.	- As ONG devem criar redes de proximidade. Terão de ser capazes de se organizar por sectores tirando proveito e dando apoio a voluntários, mais novos, estudantes e desempregados, em programas de ocupação de jovens, e mais velhos, desempregados, em programas do IEFP com mestres artesãos, na manutenção de atividades tradicionais, a tempo de ocupação parcial ou reformados,	

	mineiro, Portal da Serrada, Mamoas de Carvalho Mau), e sinalética de todas as outras mamoas (cerca de 50); criação de percursos de visitação; abate de árvore seca em perigo; desinfestação, manutenção e restauro de espólios: etnográfico, arqueológico e paleontológico. Digamos que estes trabalhos serão uma espécie de primeira qualificação e dignificação patrimonial com proveitos ao nível da sensibilização, também de grande utilidade pedagógica e turística.		que estejam presentes no dia a dia física e/ou virtualmente. Os cidadãos associados e/ou participantes nas ações devem passar a ser beneficiários de IVA nas despesas que tenham em combustíveis, transportes, etc., o que será uma forma de valorizar e retribuir a participação.	
ADPSintra Adriana Jones <a href="mailto:adpsintra@gmail.com">adpsintra@gmail.com</a>	Na nossa área salientamos que muitos cidadãos irão ter uma menor capacidade financeira que poderá levar à estagnação da reabilitação do património construído. Também estes problemas resultantes da pandemia	A Paisagem Cultural de Sintra compreendendo a Zona Inscrita, Zona Tampão e Zona de Transição entre si complementares, tem obrigatoriamente que merecer uma atenção permanente para que os seus valores não se esboroem paulatinamente.	A salvaguarda do Património só pode acontecer com cidadãos informados e sensibilizados. Não é possível recuperar, valorizar e proteger o que	Algumas considerações <ul style="list-style-type: none"> <li>• A calçada portuguesa deve merecer reparações frequentes para a sua conservação;</li> <li>• As fontes e</li> </ul>



	<p>poderão ter consequências nefastas para a manutenção da Paisagem Cultural de Sintra e do Parque Natural.</p>		<p>não se conhece. Assim entendemos urgente que as escolas dos vários níveis retomem as visitas de estudo ao Património e que as viagens de finalistas se transformem em viagens de âmbito cultural dentro do nosso país. É preocupante que tantos jovens desconheçam os nossos valores naturais e construídos. Entendemos que para a salvaguarda do Património é necessário que aos diversos serviços técnicos com intervenção em áreas sensíveis do</p>	<p>respectivas nascentes, algumas em preocupante degradação, necessitam de manutenção periódica;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservação de poços, cisternas, canaletes e sistemas de distribuição de água. (é urgente a consciencialização dos problemas causados pela menor pluviosidade e aumento das temperaturas).</li> <li>• Os muros antigos existentes junto às bermas das vias estão a sofrer enormes danos resultantes do</li> </ul>
--	---	--	---	---

			<p>Património Natural e Construído, sejam proporcionados meios para um outro olhar do TODO em presença. A salvaguarda do Património exige que a população em geral perceba a sua importância. Assim entendemos urgente que as várias Entidades distribuam em larga escala através de diversos meios, informação acerca da importância da conservação do Património, sendo essa informação acompanhada com a indicação</p>	<p>escoamento das águas não ser feito nas devidas condições.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dar atenção às dezenas de micro centros históricos existentes no Concelho de Sintra e à sua diversidade;</li> <li>• Preservar a arquitectura de todas as casas museu assim como os edifícios de assinalável interesse, representativos de várias épocas;</li> <li>• Conservação de estuques, pintura mural, ferragens, gradeamentos, portas e janelas de boa e antiga madeira nos</li> </ul>
--	--	--	---	--

			<p>de endereço electrónico ou outro para onde os interessados possam enviar pedidos de esclarecimento. Também entendemos necessário que cada Município edite um manual de boas práticas para a conservação do Património do seu território e que através da redução do IMI premeiem os Municípios que tenham reabilitado tanto os interiores como os exteriores das suas habitações. Sensibilizar a população que marcas nas paredes, cantarias e</p>	<p>edifícios Municipais e do Estado e impedindo a sua destruição em obras não municipais;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservar marcos identitários do mundo rural tais como os muros de pedra solta e casais saloios. Os casais saloios devem ser recuperados (dentro de regras ajustáveis a cada caso), não permitindo a sua descaracterização, para que as gerações mais novas possam aí viver e desenvolver várias actividades, tais como agricultura biológica,</li> </ul>
--	--	--	---	--

			<p>monumentos configuram atentados ao Património e um total desrespeito por todos os artífices e artistas cujo labor nos foi legado. Assim será desejável que os Municípios coloquem painéis de razoável dimensão para essas marcas e os seus propósitos de comunicação.</p>	<p>quintas pedagógicas, etc. travando assim o abandono de enormes parcelas do Território, abrindo horizontes para aqueles que desejem salvar da ruína do tempo e da incúria o património dos seus avós. A ADPS está a efectuar o registo de gradeamentos, portões, campainhas, letreiros, florões assim como vários elementos decorativos de vários tipos de diferentes épocas</p>

<p>APAC Joana Balsa Pinho joanabalsapinho@gmail.com</p>	<p>A Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, apesar de ter a sua vocação primordial no património fortificado, tem uma atividade abrangente, desenvolvendo iniciativas de divulgação e valorização de diferentes tipologias patrimoniais. Consideramos que é possível que o PCC se venha a ressentir com a situação atual; além de terem estado fechados (ou ainda estarem) e virem a reabrir com condicionamentos, muitos estavam totalmente dependentes do turismo. Tememos também que devido à crise económica, e a necessidade de organizar uma resposta à situação, haja um desinvestimento na cultura em geral e no património em particular e que alguns projetos que estavam em curso, quer de recuperação quer de</p>	<p>Deve ser feita uma avaliação o mais realística possível da situação, ou seja, dos efeitos causados pela pandemia e pelas medidas tomadas para a diminuição do impacto do surto; quer no património cultural em si mesmo, como em todos os tópicos a ele associados: turismo, pressão imobiliária, atividade cultural, agentes culturais, profissionais da cultura, entre outros. Definir estratégias de resposta aos problemas identificados no diagnóstico; estas podem e devem contar com o apoio e a parceria de diversas organizações, as próprias ONG's, mas também empresas, universidades e centros de investigação. Um reforço financeiro para implementar as medidas necessárias será fundamental. Em casos mais concreto, fornecer ajudada técnica aos diferentes agentes culturais na implementação das medidas impostas pela DGS para, por exemplo, a reabertura de alguns monumentos.</p>	<p>Os cidadãos devem ser mais ativos, quer individualmente, mas sobretudo, através das suas ONG's; há uma participação passiva dos cidadãos. Há que sensibilizar, e essa tarefa talvez seja uma responsabilidade das ONG's, para a realidade de que todo o cidadão é responsável pela divulgação e preservação do património, desde uma escala micro – local, a uma escala macro – nacional. É necessário educar para uma co-responsabilização na salvaguarda</p>	
---	---	---	---	--

	valorização, possam ser prejudicados.		do património, é necessário envolver os cidadãos em diferentes ações, que podem e devem agregar diversas ONG's.	
<p>APAI  Leonor Medeiros  lapmedeiros@gmail.com  Conceção Seródio  Sofia Macedo</p>	<p>O património industrial já apresentava carências e ameaças acentuadas no período pré-pandemia, sendo de temer que a situação se agrave devido à:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Menor fiscalização em obra, com falhas na aplicação de boas práticas e das medidas de investigação, salvaguarda e valorização do património industrial, quer do arqueológico quer do construído. Isto significa o risco acrescido de se realizarem intervenções destruidoras e desrespeitadoras dos diversos valores do património industrial, feitas de uma forma</li> </ul>	<p>As medidas a tomar pelos órgãos da tutela têm ainda que demonstrar que reconhecem a fragilidade do património cultural e a sua relevância para as populações. Realçam-se assim as necessidades de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planear estratégias para reduzir a dependência exagerada que o património cultural tem do turismo, promovendo e apoiando outros meios de rendimento menos oscilantes.</li> <li>• Assegurar a segurança dos sítios, musealizados ou não, prevenindo acções de vandalismo e roubo.</li> <li>• Criar oportunidades de discussão para a redefinição do modelo de gestão do património cultural em Portugal.</li> </ul>	<p>Tendo sido evidenciadas por esta pandemia a falta de investimento e de preparação dos sítios patrimoniais, bem como a sua exagerada dependência do turismo, fica mais evidente a necessidade de a sociedade civil e as ONG estarem apoiadas e reforçadas para assegurar tarefas na identificação, investigação, documentação, salvaguarda e</p>	<p>Os efeitos da actual pandemia ainda dependem do tempo que esta situação durar, e as reais consequências poderão demorar tempo a mostrar-se e a exprimir-se na sua totalidade. No entanto, até ao momento, perante as evidentes e graves perdas a nível da investigação, da conservação e da salvaguarda, é de realçar</p>

	<p>menos pública e, portanto, mais isenta de responsabilização e mitigação.</p> <p>Aumento do vandalismo em unidades que ficaram com ainda menor segurança, com consequências na degradação da infraestrutura, roubo de património móvel, e destruição de arquivos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição do número de investigadores a utilizarem os arquivos, já de si ameaçados pelo baixo número de utilizadores e envelhecimento dos seus quadros.</li> <li>• Evidenciada ausência de estratégias claras, sólidas e participadas de salvaguarda, gestão e promoção do património.</li> <li>• Atrasos na investigação científica e perdas na qualidade da investigação realizada, devido à impossibilidade de consultar arquivos e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transmitir instruções claras e informadas para o funcionamento e operação do setor do património cultural, sobretudo o que tem funções de fruição pública.</li> <li>• Definir políticas públicas para o património assentes no princípio de participação e colaboração das comunidades nas opções de gestão do património.</li> <li>• Assegurar que existe de facto um Inventário abrangente do Património Cultural Construído, tornando-o um eficaz instrumento de promoção do conhecimento e de gestão e planeamento urbano. Esta acção pode e deve ancorar-se nas ONGs do património.</li> <li>• Investir em projectos de digitalização do património cultural (seja digitalização de arquivos seja levantamento tridimensional de edifícios) e em plataformas de partilha desse conhecimento.</li> </ul>	<p>divulgação do PCC.</p> <p>Os cidadãos continuam a ser actores fundamentais e na frente da identificação de situações de risco para o PCC, e devem colaborar com as ONGs para assegurar que estes locais não são destruídos ou vandalizados em alturas em que estão mais desprotegidos. Pede-se aos cidadãos que ajam como protectores do património na área da sua comunidade, alertando as entidades competentes para situações de risco como o</p>	<p>uma crescente tomada de consciência para os bens culturais e o quanto nos faz falta a fruição física do edificado cultural, com grandes avanços a nível da partilha e da comunicação. A fruição do património ganhou agora um maior peso e importância no quotidiano de todos nós, o que pode vir a ter efeitos positivos no futuro. Talvez hoje, nesta nova ordem de socialização, o património cultural tenha sido analisado e perspectivado como não</p>
--	---	---	---	--

	<p>bibliotecas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abrandamento ou mesmo paragem na aplicação de medidas de salvaguarda do património, nomeadamente inventariação de bens culturais e de classificação de bens culturais.</li> <li>• Acentuação da inexistência de medidas de valorização decorrentes da perda de rendimento e receita dos edifícios, conjuntos e sítios, sobretudo nos sítios com uma vertente de abertura e fruição pública - esta questão será de especial relevância para projectos de conservação e restauro, com projectos parados e linhas de financiamento com prazos ultrapassados, mas também é válida para outros projectos de intervenção no património cultural que se encontram</li> </ul>		<p>vandalismo e o roubo. O trabalho multidisciplinar e partilhado a nível de um património muito ameaçado como é o património industrial, muitas vezes desvalorizado quer no âmbito da investigação, da intervenção arqueológica ou na reconversão dos espaços, tem sempre sido necessário e deve ser reforçado, e todos devemos colaborar para assegurar que se encontra protegido. No entanto, há que reforçar que este reforço do trabalho associativo e da</p>	<p>acontecera desde a revolução da democracia em Portugal. Esta situação veio potenciar o trabalho já registado em formato digital (e destacar a sua ausência e fragilidades) e por outro lado, veio reforçar o quanto é importante o papel da cultura na sociedade. Assim, o cuidado de hoje no conhecimento e registo do património industrial será deveras importante para a memória do futuro. A intensificação da salvaguarda, inventário e</p>
--	--	--	--	--



	<p>parados.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Paragem de acções de proximidade entre a comunidade e o património construído, com agravamento para aqueles sem acesso a plataformas online onde possam encontrar alternativas.</li> </ul> <p>De salientar que há a possibilidade de termos também novas oportunidades e ganhos com esta situação, nomeadamente porque, perante os constrangimentos, o património cultural foi analisado e prospetivado de forma inédita, ressaltando o importante papel da cultura na sociedade, e veio potenciar o trabalho, a informação e a participação em formato digital. Salienta-se ainda o aspecto positivo da oferta de formação e divulgação em plataformas online, que</p>		<p>participação dos cidadãos é necessária não apenas em contextos de crise como esta, e que o trabalho a desenvolver deve ocorrer também em tempos menos restritivos. A aproximação da sociedade civil às ONGs permitirá o seu reforço, seja em tempos de necessidade como este, seja no futuro.</p>	<p>documentação do património será, cremos acreditar, um trabalho mais presente nas futuras políticas públicas. Por ora, multiplica-se a divulgação do já feito, e a preparação de novas abordagens nesta situação de pós-pandemia. Trabalho esse que cabe a cada cidadão também fazer, através das estruturas associativas ao dispor na sociedade civil.</p>
--	--	--	--	---

	<p>permitiram elevados níveis de presença e participação há muito não registados presencialmente. Há assim uma oportunidade de congregar pessoas em iniciativas de natureza variada (investigação, disseminação e até co-criação) que estão mais disponíveis para participar em debates sobre património cultural devido á apropriação mais lata das ferramentas digitais disponíveis. As associações têm também que aproveitar esta oportunidade para se equiparem de ferramentas e conhecimentos que lhes permitam dar resposta a estas necessidades, o que é um desafio para entidades eminentemente dependentes do trabalho voluntário.</p>			
APPA	Alfama, está deserta, não	A nossa actividade pública está	Achamos que o	

<p>Maria de Lurdes Pinheiro 918685599 appa.alfama@gmail.com</p>	<p>tem moradores, tem muitas casas vazias, sem turistas. Tem havido assaltos a casas vazias. Os problemas sociais estão a se agravar, há mais tráfego e consumo de droga. Em relação ao património, o Museu Judaico foi adiada a acção de julgamento</p>	<p>um pouco reduzida, neste momento temos como prioridade o apoio a pessoas que nos procuram com vários problemas, habitação, alimentação, apoio na orientação para resolução de problemas relacionados com os contratos de água, luz e gaz, sinalizar moradores para a JF no sentido de serem apoiadas. Palácio de Santa Helena, continua tudo muito difícil, é uma luta quase inglória há aqui muito milhões envolvidos. Mas os moradores pressionam e lutam por alguma melhoria.</p>	<p>Governo tem de tomar medidas no sentido das habitações entrarem no mercado de contratos de longa duração e não contratos de um ou dois meses e continuando os preços altos e especulativos. Estamos com outras associações numa campanha pela habitação, há uma petição a circular. Hoje, Alfama está como sempre denunciemos, deserta com muita gente desempregada, casas vazias, pessoas idosas a viver sozinhas em prédios sem ninguém e muito</p>	
---	--	---	--	--

			<p>tristes.          Continuamos a pressionar para que a CML construa habitação no Largo de São Miguel.          O comércio local tradicional está a ser completamente substituído por mercearias e lojas de artesanato todo igual de pessoas vindas do Nepal e Paquistão.          Todos os dias nasce uma loja destas.          Alfama, estão com toda a força para a sua descaracterização.</p>	
<p>CDT - Associação Centro da Terra          Ana Perdigão Antunes</p>	<p>Como a área de influência é relativa às construções em terra, verifica-se de</p>	<p>Os órgãos da tutela deveriam estabelecer uma linha de financiamento para a</p>	<p>As ONG's deveriam criar um fundo</p>	

<p>Presidente de Direção  <a href="mailto:info@centrodaterra.org">info@centrodaterra.org</a></p>	<p>facto, que existe parco investimento nacional no campo da conservação e reabilitação desta tipologia de património construído na atualidade. Face ao estado atual, prevê-se que o cenário se mantenha ou que se verifique uma diminuição no investimento. Contudo, este é o efeito contrário ao que poderia surgir deste cenário de crise, pois a construção em terra apresenta aspectos positivos no que concerne à qualidade do ambiente interior (por ter baixa toxicidade e por ser um bom regulador térmico e higrométrico). Adicionalmente, apresenta um desempenho ambiental superior aos materiais de construção convencionais, podendo enquadrar-se num ciclo de vida "do berço ao berço", ou seja, fechar o ciclo de vida do material e</p>	<p>reabilitação do património. Definindo critérios de prioridade para a sua atribuição, segundo estratégia coordenada pelos especialistas (independentes) ou pertencentes a esta Comissão do Património. Por outro lado, continua a fazer falta legislação sobre a necessidade de se incluir Planos de Manutenção e Conservação Preventiva dos bens patrimoniais (correntes e/ou especiais).</p>	<p>financeiro (independente do Estado) que permitisse o seu autofinanciamento. Esse fundo seria gerido por uma comissão de especialistas das diferentes áreas do património. A esta comissão poderia caber-lhe a definição de estratégias comuns para a aplicação dos fundos e a sua coordenação pelo território. Consideramos também que é importante alargar o conhecimento sobre os tipos de intervenção e apostar na divulgação das boas práticas.</p>	
--	--	--	--	--

	<p>apresentar potencial de ser reutilizado/reciclado para um novo ciclo sem um impacte ambiental adicional significativo. Na dimensão económica e social, este tipo de construção pode contribuir positivamente para a sustentabilidade do ambiente construído em parâmetros como: saúde; bem-estar; emprego; educação e formação; cultura/património. A promoção e valorização deste tipo de construção pode contribuir para uma redistribuição e descentralização das economias, uma vez que são materiais de produção local e necessitam de mão de obra local. Além disso, a necessidade de mão de obra qualificada leva à educação e formação neste tipo de construção, contribuindo não apenas para melhorar as</p>			
--	--	--	--	--

	<p>qualificações dos diversos intervenientes construção, mas também para preservar e dar continuidade ao património e legado cultural locais.</p>			
<p>CEARTE Luís Rocha <a href="mailto:geral@cearte.pt">geral@cearte.pt</a></p>	<p>O impacto económico causado pelo COVID-19 no setor do artesanato está a revelar-se muito forte e altamente gravoso para os diversos agentes do setor, pela redução do número de turistas nacionais e estrangeiros que são importantes consumidores e, sobretudo, pelo adiamento/cancelamento de feiras e certames em todo o país.</p> <p>Atendendo aos efeitos colaterais do surto Covid-19, a generalidade das cerca de 4.000 unidades produtivas artesanais reconhecidas (ao abrigo do Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva</p>	<p>É imprescindível medidas de estímulo e apoio para o setor do artesanato, sob a forma de ajudas diretas. Estas pequeníssimas empresas, muitas vezes caracterizadas por pequenas iniciativas individuais de autoemprego que se constituem como único rendimento familiar, normalmente sem contabilidade organizada e sem capacidade de endividamento, estão na prática impossibilitadas de aceder às medidas de apoio disponíveis desenhadas para empresas de maior dimensão, que necessitam de apoio mais robusto, e que assentam no acesso a linhas de crédito bancário. Também as importantes medidas extraordinárias</p>	<p>Defender o setor do artesanato, enquanto património imaterial que, apesar da reduzida dimensão das unidades produtivas artesanais, o setor das artes, ofícios e microempresas artesanais é essencial ao país, na forma muito relevante como contribui para a afirmação da identidade nacional, a criação de fatores</p>	

	<p>Artesanal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41/2001 de 9 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2002 de 16 de abril, e regulamentado pela Portaria n.º 1193/2003 de 13 de outubro) e outros milhares de microempresas locais, correm sérios riscos de “fechar portas” entrando assim em insolvência, com consequências dramáticas para os seus titulares, as suas famílias, mas também para os territórios.</p>	<p>de apoio às empresas e ao emprego (Lay off simplificado), não têm aplicação prática no contexto da generalidade das unidades produtivas artesanais.</p> <p>É neste quadro, de verdadeira emergência económica e social, que se impõe e justifica a tomada de medidas excecionais, desenhadas à medida do setor, que permitam mitigar os efeitos do cancelamento de feiras e mercados de artesanato, originado pela pandemia COVID-19, as quais devem primar pela simplificação de acesso e desburocratização.</p> <p>- Que no quadro dos apoios do subsídio à participação e promoção em feiras e mercados já orçamentado e com verbas atribuídas pelo IEFP. Que os artesãos e unidades produtivas artesanais se possam candidatar à totalidade e adiantamento desse apoio já. Que para que chegue a mais artesãos seja atribuído em duas fases, ficando com a obrigação de</p>	<p>competitivos assentes na diferenciação, a promoção do desenvolvimento local e da fileira turística, a valorização de profissões com conteúdo criativo e, nesse âmbito, a promoção de emprego, incluindo emprego qualificado e junto das gerações mais jovens.</p> <p>É também vital defender o reforço da qualificação e capacitação profissional dos agentes ligados ao artesanato a património ( artesãos, artífices e técnicos )</p>	
--	--	--	--	--



		manterem a atividade aberta e, mais tarde a apresentação e demonstração da participação em ações à medida que vão realizando ou feiras seguindo os critérios já estabelecidos anteriormente. Em caso de incumprimento ser imposta a devolução das verbas atribuídas. Neste ponto propõem a revisão dos apoios atribuídos as organizações de eventos não enquadrados estritamente no ARTESANATO		
INTBAU-P José Baganha <a href="mailto:intbau.pt@gmail.com">intbau.pt@gmail.com</a> 969005216	PREVEJO QUE DOIS TIPOS DE COISAS ACONTEÇAM:  - DO PONTO DE VISTA NEGATIVO, DESINVESTIMENTO NA CONSERVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO PCC - O QUE É UM PARADOXO, NA MEDIDA EM QUE O INVESTIMENTO NESTA ÁREA PODE CONTRIBUIR PARA PRESERVAR EMPREGO E ATÉ CRIAR NOVO	NÃO DESINVESTIR NA ÁREA DO PCC, SALVAGUARDANDO E CRIANDO EMPREGO E CONTRIBUINDO ASSIM PARA A RETOMA ECONÓMICA; LEGISLAR NO SENTIDO DA PRESERVAÇÃO DOS NÚCLEOS HISTÓRICOS, APOIAR INVESTIMENTOS NA SUA RECUPERAÇÃO, VALORIZANDO O NECESSÁRIO EQUILÍBRIO DOS VÁRIOS USOS E, SIMULTANEAMENTE, TRAVAR O CRESCIMENTO	TODAS AS AÇÕES QUE POSSAM CHAMAR A ATENÇÃO DOS DEMAIS CIDADÃOS E DOS GOVERNANTES PARA AS VANTAGENS NO INVESTIMENTO NO PCC - NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, APRESENTAND	No que a esta matéria do Património Construído (no seu sentido mais lato enunciado) dizem respeito, destaco uma certeza - a de que os centros históricos das cidades, as vilas e aldeias tradicionais, se revelaram, nesta crise, como

	<p>e SALVAR MUITAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS CUJA ATIVIDADE ESTÁ RELACIONADA COM O PCC;</p> <p>- PELA POSITIVA, MAIOR ATENÇÃO ÀS VANTAGENS DOS MODELOS TRADICIONAIS, DAS ALDEIAS, VILAS E CIDADES HISTÓRICAS/ TRADICIONAIS;</p>	<p>DESORDENADO DOS AGLOMERADOS URBANOS E OS USOS INADEQUADOS NO PCC</p>	<p>O ESTUDOS, PROMOVEDO CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS, ETC...</p>	<p>sempre, aliás, muito mais resilientes e adequadas na resistência às dificuldades que enfrentamos. A proximidade do pequeno comércio, tradicional, a diversidade de usos, a escala humana dos espaços, a possibilidade de obtermos o essencial para as nossas vidas a pé, sem termos de recorrer a transportes públicos ou outros meios menos adequados e de concentração desmesurada de pessoas - de necessidades infraestruturais</p>
--	--	---	--	---

				igualmente gigantescas e desumanas -, a presença dos vizinhos e amigos ou familiares nas proximidades e tantas outras vantagens, deverá fazer-nos agir, logo que possível, no sentido de legislar por forma a valorizar estas estruturas, salvaguardar a sua diversidade de usos e travar a progressão de outras, desadequadas e prejudiciais às nossas vidas, como agora pela forma mais dura se provou.
ASPA BRAGA <a href="mailto:apcb52@gmail.com">apcb52@gmail.com</a>	Corre-se o risco de haver destruição de património construído, na medida em	A- Para proteger o edificado com valor arquitectónico, agora e em qualquer momento do	- vigilância dos espaços, em articulação com	

	<p>que a vigilância por parte da população é menor. Práticas habituais podem ocorrer em maior nº: retirada de telhados que, aos poucos, vão causando a degradação do interior do edifícios antigos criando, mais tarde, a condições para que seja solicitada a demolição integral do interior, com perda de elementos da arquitectura original.</p> <p>Práticas que têm conduzido a perda de património (painéis interiores de azulejos, escadarias em madeira nobre, pinturas interiores, clarabóias, ferragens, etc.) são mais facilmente aplicadas quando não há vigilância por parte da população. Exº demolição do interior, ficando só a fachada. Por vezes nem a fachada fica como memória. Não são situações exclusivas de período de pandemia.</p>	<p>ano, é essencial que haja normativos de âmbito nacional que exijam, da parte dos serviços da autarquia, um compromisso no sentido da salvaguarda dos elementos da arquitectura original existentes, incentivando a sua conservação e incorporação no projeto de arquitetura. Há conceitos que urge definir com rigor (Exº edifício em ruína, demolição, obra de conservação, restauro, etc.) a nível nacional. Para que integrem os regulamentos municipais de salvaguarda do património e sejam claros para todos: técnicos do município, arquitecto e dono da obra. E, se a solução não é a conservação e restauro dos elementos da arquitectura original, o dono da obra não deverá usufruir de regalias económicas de projetos de salvaguarda, como se tratasse de uma obra de valorização de património.</p> <p>Deverá ser exigida/o:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a visita e verificação técnica do real estado de conservação</li> </ul>	<p>as associações de defesa do património. Com atuação regular junto do município sempre que há danos no património construído. Independentemente de situações de crise.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- participação fundamentada e criteriosa nos conselhos municipais.</li> </ul> <p>Quando a população anda na rua faz a vigilância do espaço público e a denúncia surge nas redes sociais, é fácil acompanhar processos. Em momento de pandemia não é tão fácil.</p> <p>Para regular a</p>	
--	---	--	--	--

	<p>Ver imagem anexa, de uma situação ocorrida no início da pandemia, da qual tivemos conhecimento através de associado e que comunicamos ao município. É rápido demolir. Já não havia nada a fazer...</p> <p>- em Braga verificou-se uma outra situação no início da pandemia: o vereador do ambiente anunciou o abate de árvores em zonas residenciais urbanas.</p>	<p>dos edifícios, anteriormente à análise dos projetos submetidos a apreciação, sempre que estiver em causa a alteração ou demolição total ou parcial dos mesmos. De tal ação, deverá ser junta ao processo ficha técnica que inclua registo fotográfico pormenorizado, notas técnicas e declaração do/s autor/es (técnicos superiores do município) relativa ao estado de conservação estrutural e construtiva do construído, bem como da sua viabilidade de manutenção e recuperação.</p> <p>- que a equipa técnica dos serviços municipais de centro histórico que faz o diagnóstico a edifícios com valor arquitectónico, integre gente com formação multidisciplinar, para além da arquitectura e eng. civil, recorrendo, por hipótese, a especialista em restauro (que poderá ser requisitado a um museu concelhio) e alguém de história de arte.</p> <p>- sejam garantidos procedimentos de fiscalização,</p>	<p>ação dos municípios em matéria de defesa do património, de modo a contrariar práticas do passado, é essencial que haja normativos rigorosos que todos sejam obrigados a cumprir.</p>	
--	--	--	---	--

		<p>de modo a verificar o rigoroso cumprimento do projeto na execução da obra. E haver multas de peso, caso não seja afixado aviso sobre a obra em causa com identificação do alvará, quer para o dono da obra quer para a autarquia, a quem compete fazer a fiscalização.</p> <p>É urgente que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- cidades com património arquitectónico relevante sejam obrigadas a realizar o inventário histórico e arquitectónico dos edifícios, com cadastro que integre o registo dos elementos estruturantes e inovadores à época, e proceda à caracterização do grau de conservação dos diferentes testemunhos da arquitetura original, numa perspetiva multidisciplinar, com base em tabelas técnicas que permitem definir uma eventual degradação, à semelhança do que acontece em outras cidades históricas europeias. E essa seja uma exigência associada ao estatuto de</li></ul>		
--	--	---	--	--

		<p>Centro Histórico.</p> <p>- que os conselhos municipais de salvaguarda do património integrem, obrigatoriamente, associações de defesa do património e técnicos autónomos com formação em arquitetura, história de arte e restauro; para que haja a possibilidade de refletir sobre casos concretos, com conhecimento de causa e aconselhar medidas de salvaguarda e valorização.</p> <p>B - o Estado português é detentor de um relevante património que pode ser reutilizado para funções públicas. Ou para espaços de reserva em caso de calamidade. Ou seja, uma ideia completamente oposta ao do Programa Revive que pretende vender a privados, por vezes a valores muito baixos, património construído com finalidades diversas como, por exº, hotéis.</p> <p>Os países têm de estar preparados para as calamidades e dotados com infraestruturas de apoio. Hoje é</p>		
--	--	---	--	--

		<p>a Pandemia; mas, um dia, em Lisboa, pode ser um sismo, que pode arrasar grande parte da cidade e ter repercussões noutras cidades do país. Onde alojam as pessoas as pessoas nessa circunstâncias? Claro que o património, em muitos casos, teria de ser reconstruído com reforço anti-sismo.</p>		
<p>ADDPC Torres Vedras - Joaquim Moedas Duarte <a href="mailto:addpctvedras@gmail.com">addpctvedras@gmail.com</a></p>	<p>O pcc na sua vertente já protegida, só se ressentirá do fato de os visitantes ou locais não o poderem desfrutar, mas neste sentido já tínhamos propostas para que o mesmo fosse mais dinamizado, temos portanto uma oportunidade para em conjunto repensar o futuro. Quanto ao restante, a anterior crise já nos havia dado essa oportunidade, infelizmente isso pouco mudou as práticas ao nível da Câmara Municipal de Torres Vedras. Actualmente assistimos a uma enorme</p>	<p>As medidas estão tomadas (leis), no nosso caso gostaríamos que DGPC tivesse um quadro reforçado por forma a fazê-las respeitar, dada a sobrecarga de trabalho e a enorme área atribuída a apenas duas técnicas. É necessária também uma mudança de mentalidades de quem detém os imóveis, de modo a que percebam que o património é uma mais valia e não um incómodo que acarreta custos elevados.</p>	<p>Os cidadãos devem continuar atentos e participativos no processo de salvaguarda do seu Património.</p>	



	<p>pressão sobre o nosso Centro Histórico, sobre a nossa paisagem, sobre os nossos moinhos, mas continuamos com a premissa, reconstruir sempre que possível e caso a obra seja maior - obrigatoriedade de escavação arqueológica, o que só muito dificilmente se tem vindo a verificar. Estamos ainda envolvidos num projecto de reflorestar o nosso concelho, tentando mudar o paradigma do eucalipto que predomina, estando atentos às mudanças climáticas.</p>			
<p>CECHAP Armando Quintas <a href="mailto:geral@cechap.com">geral@cechap.com</a></p>	<p>Devido ao covid19 vai-se ressentir sobretudo no seu usufruto nos meses mais próximos, muito do qual estará encerrado ou fortemente condicionado a usos de pequenos grupos e horários mais restritos.</p>	<p>Em primeiro lugar, instruções claras e concisas do que deve ser feito. A administração central e regional, deve emanar directrizes funcionais para uniformizar os funcionamentos e as regras de segurança a ter em conta. Em segundo lugar, promover esclarecimentos e acções de formação.</p>	<p>Os cidadãos podem e devem através da ong incentivar e exigir o cumprimento dos deveres e direitos da cidadania, usufruto dos bens públicos de forma mais</p>	

			acessível e igualitária, bem como contribuir com a sua experiência, conhecimento e desejo de colaboração para as entidades que se encontrem no terreno, participar e dar sugestões.	
<p>QSintra          Madalena          939239728  <a href="mailto:madalenaninamartins@gmail.com">madalenaninamartins@gmail.com</a></p>	<p>Além da situação pré-existente à actual crise, caracterizada por falta de recursos e de lideranças competentes nos organismos públicos responsáveis pelo PCC a nível nacional, regional e local, é de esperar agora ainda menor investimento na protecção do património.</p> <p>Em Sintra, a queda abrupta do turismo impactará as receitas da Parques de Sintra-Monte da Lua, empresa que é a principal responsável pela</p>	<p>Destinar o PCC ao usufruto público e comunitário, respeitando a sua identidade histórica e não amputando-o por via de singulares vontades “modernistas” e de interesses especulativos, é o principal desafio.</p> <p>Administração central: garantir uma efectiva gestão e defesa do PCC, alocando os recursos necessários para a avaliação e fiscalização de projectos e de todas as iniciativas com impacto no património, na paisagem e no ambiente; promover a reflexão sobre o modelo de gestão do bem</p>	<p>a)          Continuarem vigilantes e a exigir e promover a discussão das políticas públicas e das iniciativas públicas e privadas com impacto no Património.          b) Ao nível do Fórum do Património:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar um serviço de apoio jurídico às associações de defesa do</li> </ul>	

	<p>gestão dos monumentos e parques e que hoje em dia está sob forte influência municipal. Pese embora a folga orçamental da Câmara Municipal de Sintra, o mesmo efeito de quebra de receitas do turismo poderá afectar ainda mais o investimento no património sob gestão directa municipal.</p> <p>A crise no turismo, eixo que sustentou o modelo de desenvolvimento da área inscrita como património mundial, e que mal ou bem (muitas vezes mal) impulsionou a reabilitação de edifícios abandonados, levará provavelmente à interrupção de projectos de empreendimentos turísticos que já estavam em marcha e ao cancelamento de outros. O que poderá acabar por ter um impacto positivo se se aproveitar esta crise</p>	<p>comum e do território classificado, o tipo de turismo que se deve estimular e as formas objectivas de preservar o património enquanto território vivo e habitado.</p> <p>Administração regional: seria o momento para articular a “promoção” de polos de interesse cultural e turístico que aliviasses as zonas já muito marcadas e atraísse investimento inteligente para áreas esquecidas ou fora dos roteiros tradicionais.</p> <p>Administração local:  a) Definir uma estratégia efectiva de defesa do PCC, impondo regras, regulamentos e respectiva fiscalização para toda a área inscrita como Paisagem Cultural de Sintra;  b) Promover definitivamente uma gestão do território que coloque os habitantes como primeira prioridade e lhes devolva o centro histórico, desenvolvendo uma política de habitação e mecanismos que beneficiem a qualidade de vida</p>	<p>Património.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceber e propor aos decisores políticos mecanismos legais que garantam mais transparência e acesso à informação e mais voz às associações de defesa do Património.</li> </ul>	
--	---	--	---	--

	<p>para uma mudança de paradigma.</p> <p>Veremos também o que acontecerá com as centenas de edifícios que nos últimos anos foram transformados em alojamentos turísticos, o que limitou enormemente o arrendamento para residentes permanentes, levando à gentrificação do centro histórico de Sintra.</p> <p>Finalmente, perante a crise e a deficiente estruturação mental da larga maioria dos decisores políticos para a área da Cultura, corremos o risco que a Câmara opte por incentivos desenvolvimentistas, querendo viabilizar a todo o custo a retoma do turismo e sacrificando ainda mais o território classificado.</p>	<p>da população, atraindo actividades económicas, culturais e sociais que melhor sirvam os objectivos de defesa do PCC, em substituição da mono-cultura do turismo predador e banalizado;</p> <p>c) Desencorajar as entradas de viaturas turísticas em Sintra, bem como as visitas turísticas de 1 dia que usam Sintra como 'parque de diversões';</p> <p>d) Afirmar Sintra como destino turístico premium, vocacionado para estadias mais prolongadas que permitam usufruir e ao mesmo tempo respeitar e preservar as suas características únicas, complementando a oferta de paisagem, monumentos e natureza com serviços e comércio de qualidade.</p>		
--	--	--	--	--

